

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

RESOLUÇÃO/DNIT Nº 5, DE 10 DE OUTUBRO DE 2025

Altera a Resolução nº 13, de 2/6/2021, que estabelece os procedimentos e critérios para o reequilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos decorrente do acréscimos ou decréscimos, conforme o caso, dos custos de aquisição de materiais asfálticos, assim como para a abertura de critério de pagamentos objetivando a separação dos insumos asfálticos dos serviços de pavimentação, além de regulamentar a forma de cálculo dos índices de reajustamento compostos para misturas comerciais.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Antônio Rocha de Barros, Diretor Geral-Substituto**, em 10/10/2025, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **22659589** e o código CRC **D8436B59**.

A Diretoria Colegiada do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, representada pelo Diretor-Geral substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 12 e 174, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39 de 17/11/2020, publicado no DOU de 19/11/2020, o Relato nº 175/2025/DIR/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 38ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 30/9/2025, e o constante no processo nº 50600.008236/2019-11, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 13, de 2/6/2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO I

a) Equação para cálculo do reequilíbrio econômico financeiro

$$REF = \sum_{m=1}^{4 \leq n \leq 12} \{[(\Delta P_m \times P I_m) - R_m] \times (1 - \frac{5,11}{100})\}$$

Onde:

ΔP_m = Variação do Preço Produtor calculada nos termos do Art. 16 do mês “m”;

$P I_m$ = Valor medido à preços iniciais no mês “m”;

R_m = Valor medido referente à parcela de reajustamento no mês “m”; e

m = Mês de análise do REF.

b) Regras de equivalência

| Tipo de Aquisição | Produto ANP |
|--|--|
| CAP 30/45 | Cimento Asfáltico de Petróleo 30 45 |
| Demais CAPs, Asfaltos Modificados por Polímero, Asfalto Borracha | Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 |
| Asfalto Diluído de Petróleo (CM-30) | Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 |
| Emulsões em geral | Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 * |

* Vide Parágrafo único do Art. 16.

c) Equação para cálculo da Variação do Preço Produtor

$$\Delta P = \left(\frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) \times 100 (\%)$$

Onde:

PPMM = Preço Produtor do mês da medição

PPDB = Preço do Produtor na data-base do contrato

d) Equação para cálculo da Variação do Preço Produtor nos casos em que a aquisição se tratar de uma emulsão

$$\Delta P = \left\{ 0,75 \times \left(\frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) + 0,25 \left(\frac{IGPMM}{IGPDB} - 1 \right) \right\} \times 100 (\%)$$

Onde:

PPMM = Preço Produtor do mês da medição

PPDB = Preço do Produtor na data-base do contrato

IGPMM = Índice do IGP-DI do mês da medição

IGPDB = Índice do IGP-DI do mês da data-base do contrato.

ANEXO III EXEMPLO DE CÁLCULO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

$$REF = \sum_{m=1}^{4 \leq n \leq 12} \{ [(\Delta P_m \times P I_m) - R_m] \times (1 - \frac{5,11}{100}) \}$$

Diagrama de fluxograma mostrando a estrutura da fórmula:

```

graph TD
    D[D] --> C[C]
    A[A] --> C
    B[B] --> C
    C --> E[E]
    E --> F[F]
  
```

ANEXO III EXEMPLO DE CÁLCULO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

| Serviço de aquisição | Medição PI | Reajustamento da medição | ΔP | Reajustamento total usando base produtor | REF bruto com lucro | REF sem lucro |
|----------------------|----------------|--------------------------|---------|--|---------------------|----------------|
| | A | B | D | C = A x D | E = B - C | F |
| CAP 50/70 | R\$ 638.280,09 | R\$ 797.148,00 | 213,05% | R\$ 1.359.855,73 | R\$ 562.707,73 | R\$ 533.953,37 |
| CM-30 | R\$ 126.228,00 | R\$ 182.184,00 | 207,24% | R\$ 261.594,91 | R\$ 79.410,91 | R\$ 75.353,01 |
| RR-1C | R\$ 204.850,61 | R\$ 202.412,89 | 167,87% | R\$ 343.882,72 | R\$ 141.469,83 | R\$ 134.240,72 |

| Serviço de aquisição | Reajustamento da medição | Reajustamento total usando base produtor | REF sem lucro |
|-----------------------------|--------------------------|--|----------------|
| | B | C = A x D | F |
| CAP 50/70 | R\$ 797.148,00 | R\$ 1.359.855,73 | R\$ 533.953,37 |
| CM-30 | R\$ 182.184,00 | R\$ 261.594,91 | R\$ 75.353,01 |
| RR-1C | R\$ 202.412,89 | R\$ 343.882,72 | R\$ 134.240,72 |
| Total REF para o mês Fev/19 | | | R\$ 743.547,10 |

O presente exemplo se refere aos cálculos apenas de um mês (Fev/19). Deve-se atentar às regras dos meses a serem considerados no REF

Art. 2º Acrescentar ao Capítulo II, a Seção VII "Orientações complementares para aplicação do REF", com os artigos 21-A, 21-B e 21-C e seus respectivos parágrafos, com o seguinte texto:

Seção VII

Orientações complementares para aplicação do REF

Art. 21-A. A Administração tem o dever de instaurar processos de cobrança referentes ao Reequilíbrio Econômico-Financeiro – REF dos materiais betuminosos, tão logo seja apurado o valor devido ao Erário, ainda que tal montante possa ser considerado pelo agente público como 'irrisório', esteja o contrato eventualmente paralisado ou decorra de REF não provocada pelo contratado.

Parágrafo único. A formalização deverá ocorrer, obrigatoriamente, por meio de termo aditivo, seja em favor da empresa, seja em favor do DNIT.

Art.21-B. Para fins de verificação do Reequilíbrio Econômico-Financeiro – REF, a cada período de 12 meses, contado a partir de 2024, os fiscais deverão realizar, no mês subsequente ao aniversário da data-base do contrato, avaliação dos cálculos referentes aos onze meses anteriores (excluído o mês da data-base), a fim de identificar eventuais reflexos em favor da Administração.

§ 1º Constatada vantagem em favor do DNIT, deverá ser formalizado termo aditivo contratual, contemplando o ajuste correspondente.

§ 2º Após a formalização do termo aditivo, caberá à fiscalização adotar as providências para inclusão da operação de estorno no Sistema de Acompanhamento de Contratos – SIAC.

Art. 21-C. Na hipótese de requerimento de REF positivo por parte da contratada, relativo a período mínimo de quatro meses, deverá a fiscalização proceder, também, à análise complementar dos meses subsequentes dentro do mesmo interstício contratual, excluído o mês da data-base.

§ 1º Caso essa análise complementar revele variação negativa em favor da Administração, o ajuste será consolidado em termo aditivo único, contemplando tanto os acréscimos quanto as deduções.

§ 2º É vedada a consideração de períodos inferiores a quatro meses para fins de cálculo do REF, em conformidade com o disposto nesta Resolução."

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Resolução nº 13, de 2/6/2021.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º/11/2025.

(assinado eletronicamente)
CARLOS ANTÔNIO ROCHA DE BARROS
Diretor-Geral substituto

Referência: Processo nº 50600.008236/2019-11
Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF |

SEI nº 22659589

RESOLUÇÃO/DNIT Nº 5, DE 10 DE OUTUBRO DE 2025

Altera a Resolução nº 13, de 2/6/2021, que estabelece os procedimentos e critérios para o reequilíbrio econômico-financeiro de contratos administrativos decorrente do acréscimos ou decréscimos, conforme o caso, dos custos de aquisição de materiais asfálticos, assim como para a abertura de critério de pagamentos objetivando a separação dos insumos asfálticos dos serviços de pavimentação, além de regulamentar a forma de cálculo dos índices de reajustamento compostos para misturas comerciais.

A DIRETORIA COLEGIADA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT, representada pelo Diretor-Geral substituto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 12 e 174, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução/CONSAD nº 39 de 17/11/2020, publicado no DOU de 19/11/2020, o Relato nº 175/2025/DIR/DNIT SEDE, o qual foi incluído na Ata da 38ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 30/9/2025, e o constante no processo nº 50600.008236/2019-11, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 13, de 2/6/2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO I

a) Equação para cálculo do reequilíbrio econômico financeiro

$$REF = \sum_{m=1}^{4 \leq n \leq 12} \{[(\Delta P_m \times PI_m) - R_m] \times (1 - \frac{5,11}{100})\}$$

Onde:

ΔP_m = Variação do Preço Produtor calculada nos termos do Art. 16 do mês “m”;

PI_m = Valor medido à preços iniciais no mês “m”;

R_m = Valor medido referente à parcela de reajustamento no mês “m”; e

m = Mês de análise do REF.

b) Regras de equivalência

| Tipo de Aquisição | Produto ANP |
|--|--|
| CAP 30/45 | Cimento Asfáltico de Petróleo 30 45 |
| Demais CAPs, Asfaltos Modificados por Polímero, Asfalto Borracha | Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 |
| Asfalto Diluído de Petróleo (CM-30) | Asfalto Diluído de Petróleo de Cura Média 30 |
| Emulsões em geral | Cimento Asfáltico de Petróleo 50 70 * |

* Vide Parágrafo único do Art. 16.

c) Equação para cálculo da Variação do Preço Produtor

$$\Delta P = \left(\frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) \times 100 (\%)$$

Onde:

PPMM = Preço Produtor do mês da medição

PPDB = Preço do Produtor na data-base do contrato

d) Equação para cálculo da Variação do Preço Produtor nos casos em que a aquisição se tratar de uma emulsão

$$\Delta P = \left\{ 0,75 * \left(\frac{PPMM}{PPDB} - 1 \right) + 0,25 * \left(\frac{IGPMM}{IGPDB} - 1 \right) \right\} * 100 (\%)$$

Onde:

PPMM = Preço Produtor do mês da medição

PPDB = Preço do Produtor na data-base do contrato

IGPMM = Índice do IGP-DI do mês da medição

IGPDB = Índice do IGP-DI do mês da data-base do contrato.

ANEXO III
EXEMPLO DE CÁLCULO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

$$REF = \sum_{m=1}^{4 \leq n \leq 12} \left\{ \underbrace{[(\Delta P_m \times PI_m) - R_m]}_C \times \left(1 - \frac{5,11}{100} \right) \right\}$$

D A B
↓ ↓ ↓
E
↓
F

ANEXO III
EXEMPLO DE CÁLCULO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

| Serviço de aquisição | Medição PI | Reajustamento da medição | ΔP | Reajustamento total usando base produtor | REF bruto com lucro | REF sem lucro |
|----------------------|----------------|--------------------------|---------|--|---------------------|----------------|
| | A | B | D | C = A x D | E = B - C | F |
| CAP 50/70 | R\$ 638.280,09 | R\$ 797.148,00 | 213,05% | R\$ 1.359.855,73 | R\$ 562.707,73 | R\$ 533.953,37 |
| CM-30 | R\$ 126.228,00 | R\$ 182.184,00 | 207,24% | R\$ 261.594,91 | R\$ 79.410,91 | R\$ 75.353,01 |
| RR-1C | R\$ 204.850,61 | R\$ 202.412,89 | 167,87% | R\$ 343.882,72 | R\$ 141.469,83 | R\$ 134.240,72 |

| Serviço de aquisição | Reajustamento da medição | Reajustamento total usando base produtor | REF sem lucro |
|-----------------------------|--------------------------|--|----------------|
| | B | C = A x D | F |
| CAP 50/70 | R\$ 797.148,00 | R\$ 1.359.855,73 | R\$ 533.953,37 |
| CM-30 | R\$ 182.184,00 | R\$ 261.594,91 | R\$ 75.353,01 |
| RR-1C | R\$ 202.412,89 | R\$ 343.882,72 | R\$ 134.240,72 |
| Total REF para o mês Fev/19 | | | R\$ 743.547,10 |

O presente exemplo se refere aos cálculos apenas de um mês (Fev/19). Deve-se atentar às regras dos meses a serem considerados no REF

Art. 2º Acrescentar ao Capítulo II, a Seção VII "Orientações complementares para aplicação do REF", com os artigos 21-A, 21-B e 21-C e seus respectivos parágrafos, com o seguinte texto:

Seção VII

Orientações complementares para aplicação do REF

Art. 21-A. A Administração tem o dever de instaurar processos de cobrança referentes ao Reequilíbrio Econômico-Financeiro – REF dos materiais betuminosos, tão logo seja apurado o valor devido ao Erário, ainda que tal montante possa ser considerado pelo agente público como ‘irrisório’, esteja o contrato eventualmente paralisado ou decorra de REF não provocada pelo contratado.

Parágrafo único. A formalização deverá ocorrer, obrigatoriamente, por meio de termo aditivo, seja em favor da empresa, seja em favor do DNIT.

Art.21-B. Para fins de verificação do Reequilíbrio Econômico-Financeiro – REF, a cada período de 12 meses, contado a partir de 2024, os fiscais deverão realizar, no mês subsequente ao aniversário da data-base do contrato, avaliação dos cálculos referentes aos onze meses anteriores (excluído o mês da data-base), a fim de identificar eventuais reflexos em favor da Administração.

§ 1º Constatada vantagem em favor do DNIT, deverá ser formalizado termo aditivo contratual, contemplando o ajuste correspondente.

§ 2º Após a formalização do termo aditivo, caberá à fiscalização adotar as providências para inclusão da operação de estorno no Sistema de Acompanhamento de Contratos – SIAC.

Art. 21-C. Na hipótese de requerimento de REF positivo por parte da contratada, relativo a período mínimo de quatro meses, deverá a fiscalização proceder, também, à análise complementar dos meses subsequentes dentro do mesmo interstício contratual, excluído o mês da data-base.

§ 1º Caso essa análise complementar revele variação negativa em favor da Administração, o ajuste será consolidado em termo aditivo único, contemplando tanto os acréscimos quanto as deduções.

§ 2º É vedada a consideração de períodos inferiores a quatro meses para fins de cálculo do REF, em conformidade com o disposto nesta Resolução."

Art. 3º Permanecem inalteradas as demais disposições da Resolução nº 13, de 2/6/2021.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º/11/2025.

CARLOS ANTÔNIO ROCHA DE BARROS
Diretor-Geral substituto